

RESENHA

Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo, de Claudio Katz

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. Tradução Maria Almeida. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016, 473 p.

Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior

Universidade Estadual do Ceará, Itapipoca

pejota9@gmail.com

A vigência do neoliberalismo não pode ser explicada por seus êxitos econômicos, pois ocasionou crises mais severas que as precedentes e com vertiginosa explosão da desigualdade; também provocou novas ondas migratórias, acelerada degradação ambiental e desgaste generalizado dos sistemas políticos. Os abalos globais da crise econômica de 2008 impactaram a supremacia estadunidense e desestabilizaram a União Europeia, mas foram insuficientes para ameaçar o poder financeiro, que vetou qualquer tentativa de reintrodução de regu-

lamentações sobre suas operações, principalmente ao lucro especulativo. A tendência conservadora prevalecente no globo desde os governos Thatcher e Reagan nos anos 1980, foi antecipada nas ditaduras do Cone Sul, na década anterior, com destaque para o Chile sob Pinochet. No entanto, foi também a América Latina o centro de sublevações sociais que refrearam tal ofensiva, resultando em experiências fecundas e contraditórias, influenciando outras regiões e estimulando atualizações do pensamento crítico. Tais questões e outros temas contemporâneos, bem como as inflexões teóricas implicadas nessa dinâmica, são examinados no livro *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*¹, de Claudio Katz (2016). Autor de extensa produção acerca de temas relacionados à História Econômica e América Latina, o economista argentino, Doutor em Geografia e professor pesquisador da Universidade de Buenos Aires e do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Argentina, assinala que na última década ressurgiram questões que outrora apaixonaram pensadores latino-americanos, tais como subdesenvolvimento, integração continental e movimentos sociais.

De início, analisa-se o cenário latino-americano destacando os efeitos da reinserção da região no mercado global ocupando o papel de exportadora de produtos primários. Com destaque para a mudança de perfil das classes dominantes locais. A velha oligarquia converteu-se num empresariado moderno do *agrobusiness*, que opera negócios rurais empregando padrões capitalistas de acumulação intensiva². O

¹Editado e publicado pela Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, *Neoliberalismo, desarrollismo, socialismo* integra a coleção *Estudios Latinoamericanos* do selo editorial *Batalla de Ideas*, vinculado ao *Centro de Estudios para el Cambio Social* (CECS), da Argentina.

²A consolidação da agromineração contrasta com o declínio industrial, o peso do setor secundário no PIB das economias latino-americanas encolheu de 12,7% para 6,4% entre 1970 e 2006 (KATZ, 2016. p. 22).

autor também sublinha o ingresso de “montadoras” transnacionais, sobretudo setor têxtil e eletrônica, na América Central. A mão de obra barata, submetida à disciplina esgotante, constitui o principal insumo desse tipo de produção.

A globalização financeira confluuiu com os ajustes econômicos e com a reforma do Estado, impactando fortemente a região, a ponto de causar significativas rebeliões populares entre 1999 e 2005, decisivas para alterar as relações de força e desgastar o programa neoliberal. Esse processo fez emergir alguns governos de caráter progressista, sintonizados em diferentes escalas com as demandas populares. O autor discorre também sobre os três blocos existentes na região – Aliança do Pacífico, MERCOSUL e ALBA – e examina o tipo de relações de força estabelecidas na América Latina, e de que modo as lutas sociais interferiram na presente configuração política.

A segunda parte do livro é dedicada ao neoliberalismo. Emergindo num cenário de esgotamento do crescimento keynesiano do pós-guerra e retomando teses do pensamento econômico neoclássico, consistiu numa ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro. Reestruturou o mundo da produção, do consumo e das finanças acentuando a competição global por aumentos de produtividade desvinculados do salário, o que generalizou a precarização do trabalho. No plano político, desmantelou empresas públicas, aboliu regulamentações do Estado sobre a economia e solapou políticas de redistribuição de renda. A ideologia neoliberal estimulou certo fascínio ao tratamento da economia como um sistema mecânico, amparada sobretudo nos postulados da vertente austríaca da teoria neoclássica e seu “darwinismo social competitivo”. Na América Latina, arrebatou setores dominantes retomando mitos aristocráticos e colonialistas, como o papel “civilizatório” do colonizador. Segundo Katz, o

fracasso das correntes democrático-radicalis nas guerras de Independência teria favorecido a consolidação de preconceitos eurocentristas, que posteriormente se amalgamaram às teorias positivistas da modernização (KATZ, 2016, p. 98).

O autor argentino recorda que, em décadas de administrações neoliberais, jamais se alcançara as metas de eficácia e os êxitos econômicos apregoados. A abertura comercial e os ajustes fiscais desintegraram a indústria latino-americana e deterioraram a renda da população. Todas as economias tornaram-se vulneráveis ao desenfreado fluxo de capitais externos e à flutuação internacional do preço das matérias-primas. Em nenhum momento consumou-se a propagandeada distribuição do bem-estar dos ricos ao conjunto da população, no máximo alguns ciclos passageiros de ampliação do consumo das classes médias. A crise da Argentina, em 2001, ilustraria os resultados mais perversos dessa vulnerabilidade: crise financeira, quebra fiscal, fuga de capitais e colapso cambiário monetário.

Katz refuta teóricos latino-americanos do neoliberalismo, tais como Carlos Alberto Montaner, Martin Krause e Hernando de Soto, sobretudo à exagerada idealização destes ao “individualismo empresarial”, apontando no trabalho informal um exemplo de racionalidade mercantil e de competitividade sem qualquer apoio do Estado, uma “ressurreição da iniciativa privada”. A exaltação às condições precárias do trabalhador informal, conforme Katz, consistiria em sintomática confissão de fracasso do neoliberalismo e de sua flexibilização trabalhista, um sistema destruidor de empregos (KATZ, 2016, p. 102).

Na sequência, Katz rebate uma versão complementar do neoliberalismo, o “social-liberalismo”. Identificado principalmente nas experiências de governo do *New Labour* de Tony Blair e dos socialistas espanhóis liderados por Felipe Gonzalez, a chamada “terceira via”

combina elementos do keynesianismo pós-guerra e do reformismo social-democrata, com uma visão conformista acerca da extinção da era industrial e da obsolescência da luta de classes. Katz expõe a evolução do pensamento de três autores latino-americanos. Oriundos do marxismo, tornaram-se notórios representantes do social-liberalismo: Fernando Henrique Cardoso, Jorge Castañeda e Juan José Sebreli.

A terceira parte concentra-se no neodesenvolvimentismo, modelo que propõe incorporar maior regulamentação estatal ao capitalismo neoliberal para estabilizar seu funcionamento, retomando a ideia de crescimento mediante um processo de *catch up*, que copia tecnologias avançadas de outras economias. Políticas estatais atuariam para diminuir o abismo tecnológico perante outras regiões. O autor questiona a possibilidade de a América Latina imitar o modelo asiático de industrialização, meta dos neodesenvolvimentistas. São analisadas com destaque políticas adotadas por Argentina e Brasil, nações que recentemente vivenciaram ciclos ascendentes, mas se encontram envoltas em contradições relacionadas ao estímulo da demanda sem a remoção de obstáculos estruturais ao desenvolvimento. No caso brasileiro, entre outros aspectos, o autor critica a associação do aumento do consumo com uma suposta expansão da classe média, pois a persistência de 30 milhões de pobres confronta tal assertiva. Katz também comenta uma variante “social-desenvolvimentista”, ancorada na perspectiva de edificar um capitalismo de Estado e redistributivo a partir de um desenvolvimentismo democrático-popular, propõe substituir o empresariado pelos governantes na direção do processo; elege o consumo como principal meio de redistribuição de renda e de desenvolvimento do mercado interno, com vistas à geração de um círculo virtuoso de crescimento com inclusão social. Tal concepção está próxima às correntes mais radicais do keynesianismo e, apesar de extre-

mamente crítica ao comportamento da burguesia nacional, permanece na contradição em como “promover um sistema para os capitalistas sem presença dos principais envolvidos.” (KATZ, 2016, p. 239).

As batalhas contra o extrativismo, os questionamentos à ideia de desenvolvimento e as leituras críticas da modernidade finalizam a seção com as perspectivas “pós-desenvolvimentistas”. O autor pondera caracterizações dos governos latino-americanos sob o ângulo exclusivamente ambientalista e indaga o alcance efetivo das iniciativas locais e a compatibilidade das políticas de desenvolvimento econômico com a noção de “bem viver”.

Na parte quatro, dedicada ao Socialismo, é conferido ao colapso da URSS o elemento decisivo da nova ofensiva conservadora visando à restauração de mecanismos clássicos da exploração do trabalho. Entretanto, nesse mesmo contexto, reaparece na América Latina o ideário socialista, a partir do que Katz denomina de “quatro projetos de futuro”: Venezuela e o socialismo do século XXI; Bolívia e o socialismo comunitário; Cuba e sua renovação socialista; e a ALBA³, com sua formulação continental de socialismo. O autor problematiza a possível convergência dos ideais de igualdade social com as metas de unidade regional e quais os pontos de encontro entre uma difusa desaprovação ao capitalismo e os combates por uma “Segunda Independência” da América Latina.

A Venezuela apresenta uma configuração composta por um modelo econômico social-desenvolvimentista, um governo nacionalista radical e uma proposta de socialismo para este século. Katz ampara-se nas experiências do Chile de Allende e da Nicarágua Sandinista para analisar os impasses do país diante da crescente desestabilização que

³Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (do espanhol *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos*).

sucedeu o falecimento de Chávez, bem como os dilemas entre radicalização ou congelamento do processo bolivariano. No caso da Bolívia, embora apresente traços semelhantes aos da Venezuela, possui repercussões distintas. A questão mais inquietante ao autor é a viabilidade da proposta de um socialismo comunitário neste período de capitalismo globalizado. Também são debatidas as reformas econômicas de Cuba, sobretudo se elas ameaçam ou renovam a meta igualitária. Ademais, analisam-se as iniciativas cooperativas, a expansão mercantil e a remodelação estatal em curso. Acerca da ALBA, é sublinhada sua instabilidade perante as dinâmicas nacionais.

Por fim, a China é apontada como essencial para as alianças que esses países demandam diante do imperialismo estadunidense, mas não constitui um parceiro a ser copiado (KATZ, 2016, p. 377). A transfiguração chinesa ao capitalismo se deu a partir dos anos 1990, com privatizações de empresas estatais e com seus antigos diretores forjando uma nova classe capitalista. O crescimento de multimilionários contrasta com a espoliação dos produtores agrários e com a precarização das relações de trabalho.

O livro finaliza com a conjuntura global recente e os principais desequilíbrios do capitalismo contemporâneo, com destaque à crise financeira de 2008. A crise teve início nos EUA, mas se propagou pelo restante das economias desenvolvidas e acabou minimamente refreada no país de origem. A autoridade dos EUA no comércio e nas finanças explica tal fenômeno. A prevalência do dólar como “refúgio predileto dos capitalistas nos momentos críticos” (KATZ, 2016, p. 387), representando 62% das reservas e 85% das transações globais, e sem nenhuma outra divisa ameaçando substituir seu posto, outorga aos EUA a tarefa de definir o ritmo e as características dos ajustes no sistema financeiro internacional. Em suma, o poder concentrado em

torno de Wall Street e do FED explica como os EUA foram capazes de exportar uma crise gestada em seu território. Além do mais, a capacidade militar de quem possui 40% do gasto bélico global, distribuído por cerca de oitocentas bases militares em 130 países justificam os EUA como tutor da ordem capitalista. Não possuem a mesma capacidade de ação unilateral, mas ainda exercem posição de comando no “imperialismo coletivo”.

A multipolaridade política modificou as relações de força, mas não reverteu a ordem global. A expectativa da consolidação de um polo antiliberal assentada na evolução da China, Rússia ou dos BRICS⁴ desconsidera o intenso vínculo desses modelos com a globalização neoliberal e a aplicação de políticas internas conservadoras. Não existem sinais de que as classes dirigentes chinesas aspirem tomar o lugar de direção dos EUA. Alguns analistas projetam conflitos quando o gigante asiático obtiver uma moeda internacional conversível, mas por ora é mais plausível a continuidade da codependência entre os dois países. A China necessita do mercado estadunidense para lançar seus excedentes e os EUA carecem do financiamento chinês para resgatar sua economia dos desequilíbrios financeiros. A exemplo do auxílio chinês ao dólar e ao euro, decisivo para impedir o agravamento da recessão de 2009. O ressurgimento da Rússia no cenário internacional é explicado por Katz pela reorganização de sua enorme estrutura bélica, que não foi acompanhada da reconstrução da estrutura industrial soviética, mantendo-a dependente das exportações de

⁴A sigla BRICS – referente à reunião das economias “emergentes” de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – foi difundida por um operador de ações da Goldman Sachs com o intuito de destacar as oportunidades de investimento naqueles países. Tais agrupamentos derivam de visões financeiras de curto prazo, conforme destaca o autor ao assinalar o distanciamento de financistas do BRICS em direção aos MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia), novos candidatos a receber capitais especulativos (KATZ, 2016, p. 420).

gás e petróleo.

Katz refuta certas “teorias da convergência” que apregoam que a economia está regulada por meros fluxos de capitais excedentes em direção dos países empobrecidos. O avanço da globalização não é sinônimo de sincronização do ciclo econômico, as transnacionais compensam as perdas de um mercado com o incremento de outro mais próspero. O crescimento baixo dos EUA, Europa e Japão conjugase com a crescente ascensão da China e de economias intermediárias. Esse cenário é compreendido por Katz como uma coexistência de modalidades diferenciadas do neoliberalismo, “abatido pelas finanças no centro e baseado no produtivismo no Oriente” (KATZ, 2016, p. 450).

Katz ressalta o desastre ecológico, que persiste na mesma intensidade em ciclos de recessão ou de prosperidade. As crises econômicas inibem o crescimento sem modificar o elevadíssimo consumo energético, concentrado nos países mais ricos. A emissão de gases contaminantes na atmosfera é superior a qualquer outro período; em 2010, dezoito países registraram as temperaturas mais altas da história. A resistência dos capitalistas à reconversão global do sistema energético para outro baseado em fontes renováveis ameaça a continuidade do gênero humano, consistindo numa das mais graves consequências das relações de força da atualidade. Com efeito, a desigualdade alcançara níveis jamais vistos e a pobreza atinge inclusive economias avançadas, a exemplo da Europa, atada em um círculo vicioso de quebras bancárias e déficit fiscal. No restante do globo, as convulsões sucedem de modo “desigual e combinado”. Na África, está em curso um processo de acumulação primitiva devido às alterações de códigos de mineração e petróleo de alguns países, enriquecendo burguesias locais e empresas estrangeiras que depredam territórios e comunidades. Na Ásia, 51% da população mundial afetada pela miséria extrema

encontra-se no Sul desse continente e 15%, no Leste, de acordo com o último PNUD. Muitas transnacionais estão atraídas pelas novas fontes de mão de obra barata. No Oriente Médio, registra-se um recorde de desemprego e a redução de gastos sociais e de subsídios aos alimentos geram explosões de revoltas. Em todas as partes, registra-se o protagonismo de uma juventude trabalhadora, precarizada e desempregada que dá o tom das novas batalhas em âmbito global. Em suma, “o neoliberalismo desgastou os diques que atenuavam os desequilíbrios do capitalismo”⁵ e o sistema opera com um grau de instabilidade muito superior ao passado (KATZ, 2016, p. 456).

O livro de Claudio Katz, além de instigante convite à reflexão sobre a contemporaneidade, atualiza a relevância do debate teórico. Consiste num arsenal imprescindível ao bom combate de ideias, principalmente em oposição aos propagandistas do “fim das ideologias”. O avanço e persistência do atual modelo devem-se ao “retrocesso social, político e ideológico que impuseram aos trabalhadores” (KATZ, 2016, p. 468), acarretando o refluxo de suas lutas. Conforme o autor, a despolitização é um pilar da perpetuação da hegemonia das classes dominantes e “renovar a disputa de ideias é o melhor antídoto a essa tendência. Permite reavivar o pensamento crítico e contribui para visualizar o projeto de emancipação que as maiorias populares necessitam.” (KATZ, 2016, p. 15).

⁵O autor argentino realça o dramático agravamento da fome, cerca de 1,2 bilhões de pessoas passam fome no planeta e 2,5 bilhões subsistem em condições de pobreza. Desde 2003, registra-se um ciclo ascendente nos preços dos alimentos, o índice de preços da FAO ultrapassou seu máximo histórico em dezembro de 2010. Com destaque à influência da carestia alimentar nas sublevações árabes, “uma intifada do pão” (KATZ, 2016, p. 435).

Referências

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. Tradução Maria Almeida. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016. [473 pp.]

Recebido para publicação em 19/10/2016.

Aceito em 15/02/2017.